

Área Temática: Empreendedorismo e Inovação

Microcrédito: Uma Análise da Percepção dos Empreendedores Demandantes e da Aplicação dos Recursos

AUTORES

CÉSAR MOREIRA ALVES

Faculdades Novos Horizontes

admcesarma@yahoo.com.br

MARCOS ANTÔNIO DE CAMARGOS

Faculdade Novos Horizontes e Faculdades IBMEC-MG

marcos.camargos@unihorizontes.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo levantar o perfil e identificar a percepção de micro-empresendedores em relação ao microcrédito, além de verificar sua contribuição e impacto na condição de vida do empreendedor. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, por meio da aplicação de questionários junto a uma amostra de 974 demandantes de financiamentos concedidos em três programas de microcrédito entre 2006 e 2008. No que se refere ao perfil, constatou-se que a maioria dos demandantes é do sexo feminino, com idade entre 30 e 60 anos, que detêm pouca experiência na gestão de empresas. Com relação aos empreendimentos, constatou-se que a maioria está na informalidade, 71,4% atua nos setores de serviço e comércio, e opera a menos de 4 anos, estando, portanto, em seu estágio inicial. Além disso, conclui-se que um número considerável de empreendimentos é de sobrevivência, ou seja, o empreendedor depende da atividade para o sustento. Os empreendedores demandantes do microcrédito consideram o processo de concessão sem burocracia, com acesso facilitado. Enfim, as conclusões que se chegou neste artigo são relevantes, na medida em que confirmam a aplicação dos recursos nas atividades financiadas, evidenciando o fortalecimento do empreendimento e a melhoria da qualidade de vida do empreendedor, segundo sua percepção.

Palavras-chave: Financiamento, Microcrédito, Micro-empresendedor.

Abstract:

The objective of this paper is to raise the profile and to identify the perception of micro-entrepreneurs in relation to the microfinance, beyond verifying its contribution and impact in the condition of life of the entrepreneur. A quantitative research was carried through, by means of the application of 974 questionnaires to financings granted in three programs of microfinance between 2006 and 2008. As for the profile, one evidenced that the majority of the entrepreneurs is of the feminine sex, with age between 30 and 60 years, which withhold little experience in the management. With regard to the enterprises, 71.4% were evidenced that the majority is in the informality, act in the sectors of service and commerce, and operate less to than 4 years, having, therefore, little experience. Moreover, it is concluded that a considerable number of enterprises is of survival, that is, the entrepreneur depends on the activity for the sustenance. The entrepreneurs of the microfinance consider the process of

concession without bureaucracy, with facilitated access. At last, the conclusions that if arrived in this article is relevant, because they confirm the application of the resources in the financed activities, evidencing the reinforcement of the enterprise and the improvement of the quality of life of the entrepreneur, according to its perception.

Key-words: *Financing, Microfinance, Micron-entrepreneur.*

1. INTRODUÇÃO

Embora o microcrédito seja um fenômeno recente, suas origens remontam ao século XIX. Data desse século, o surgimento na Europa das primeiras iniciativas de crédito popular, visando possibilitar o acesso ao crédito aos segmentos mais pobres da população. Com o tempo, essas iniciativas disseminaram-se, passando a se reproduzir também fora do continente europeu, especialmente no Canadá e nos Estados Unidos. Mais recentemente, o programa de crédito da União Nordestina de Assistência às Pequenas Organizações (UNO), desenvolvido no Nordeste brasileiro no início da década de 1970, já prefigurava diversos aspectos dos modelos atuais de microcrédito, sendo considerado, por alguns estudiosos, como a primeira experiência moderna de microcrédito no país (AMARAL, 2005).

O principal referencial na história do microcrédito é o Grameen Bank¹ de Bangladesh. Criado em 1976, teve sua origem em uma iniciativa pessoal do seu fundador, Muhammad Yunus², que com recursos próprios iniciou a concessão experimental de créditos a pessoas pobres, para serem utilizados em atividades produtivas. No modelo instituído pelo Grameen em Bangladesh, o crédito é apenas um dos meios utilizados para eliminar a pobreza, as taxas praticadas são subsidiadas ou de mercado, com alternativas diferenciadas para combater a inadimplência, não impactando, assim, no custo do crédito (BEZERRA NETO, 2006).

O microcrédito nasceu assim, da necessidade de se criar uma alternativa de financiamento para atender às necessidades de um público específico que, no desejo de realização em constituir um negócio, muitas vezes, incorria na necessidade de obtenção de crédito junto ao sistema financeiro. As atividades de microcrédito constituem-se em serviços direcionados para pessoas físicas e jurídicas dos setores formal e informal, definidas como público-alvo por sua baixa renda, pelo seu ramo de negócios ou atividades, usualmente, sem acesso às formas convencionais de crédito (sistema bancário tradicional) e que desejam montar, ampliar ou obter capital de giro para um pequeno negócio, que lhes possibilite o desenvolvimento de seus empreendimentos econômicos.

Essas iniciativas são ofertadas por redes locais, provenientes de ações da sociedade civil como Organizações Não Governamentais (ONG's); do poder público em qualquer de suas esferas, especialmente na esfera municipal ou local; de instituições bancárias ou financeiras; de organizações de controle misto, isto é, parcerias entre esses agentes. A literatura apresenta estas iniciativas como serviços de microfinança, instituições de crédito popular, bancos do povo ou ainda organizações de microcrédito, denominadas muitas vezes como instituições de microfinanças (IMF's). Em diversos países, estas instituições são constituídas por associações civis sem fins lucrativos ou programas governamentais, não sendo enquadradas, portanto, na legislação do sistema financeiro.

Este trabalho concentrou-se no grupo das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) de microcrédito, especificamente do Estado de Minas Gerais, por serem instituições que têm como objetivo a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento social. O escopo deste artigo é, de forma não exaustiva, analisar a problemática da concessão de crédito tanto do sentido do processo de financiamento realizado pelas entidades concedentes e os impactos na qualidade de vida das famílias dos tomadores, bem como o uso efetivo dos recursos. Sua relevância deve-se à importância do microcrédito no atual contexto econômico e financeiro do país, constituindo uma modalidade de crédito maciçamente utilizada por milhares de microempreendedores.

¹ Grameen Bank é o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito, que operando como uma empresa privada auto-sustentável, foi concebido pelo professor bengalês Muhammad Yunus em 1976, visando erradicar a pobreza no mundo.

² Muhammad Yunus formou-se em Economia em Bangladesh, doutorou-se nos EUA e foi professor na Universidade de Dhaka.

Inserido nessa discussão, o objetivo principal deste estudo foi identificar e analisar a percepção de micro-empresendedores em relação ao microcrédito, no intuito de identificar sua contribuição e impacto na condição de vida do empreendedor, processo de obtenção, além de apresentar o perfil dos microempreendimentos clientes de três entidades mineiras. O artigo tem a seguinte estrutura, após essa introdução, a seção 2 apresenta os conceitos e teorias para o entendimento sobre financiamento em instituição de microcrédito. A metodologia utilizada e os resultados da pesquisa são apresentados nas seções 3 e 4, respectivamente. Encerra-se com as conclusões e considerações finais na seção 5, seguida das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Crédito

Segundo Sodero Filho (1990), crédito é confiança. Confiança em uma pessoa que se dispõe na data de hoje a honrar uma obrigação futura. Portanto, obrigações de cunho pecuniário, por meio do crédito, impulsionam as atividades econômicas principalmente pelo fato de uma empresa satisfazer na data de hoje uma necessidade, pagando seu preço no futuro.

De acordo com Assaf Neto (2000), crédito diz respeito à troca de bens presentes por bens futuros. Portanto, uma das partes, a empresa que concede crédito, troca produtos por uma promessa de pagamentos futuros. A outra parte, a empresa que recebe crédito, troca produtos por uma promessa de pagamentos futuros. Por outro lado, a empresa que obtém crédito recebe produtos e assume o compromisso de efetuar o pagamento futuro.

O crédito pode ser delimitado no longo ou no curto prazo. Sendo assim, o curto prazo refere-se à compra de bens necessários à atividade operacional, para cobertura de caixa e capital de giro. No longo prazo implicariam os investimentos, as despesas extra-operacionais, as pesquisas, os lançamentos e desenvolvimento de produtos (LEONI e LEONI, 1997).

Segundo Silva (1998), os riscos de crédito podem ser classificados em: riscos internos à empresa ou risco não-sistêmico (riscos ligados a: produção, produtos, administração da empresa, nível de atividade, estrutura de capital e insolvência); riscos externos à empresa ou risco sistêmico (riscos ligados a: medidas políticas e econômicas, fenômenos naturais, eventos imprevisíveis, tipo de atividade, mercado, tipo de operação de crédito).

No risco de crédito ponderam-se os vários fatores que poderão concorrer de modo que o ofertador do crédito não receba do devedor o pagamento na data acordada. Para que esse risco seja fixado, os dados históricos devem ser uma ferramenta preciosa, pois deles dependem a alocação correta no sentido de identificar a probabilidade percentual de acontecer uma perda. Almeja-se eliminar a incerteza, porém, inexistente qualquer possibilidade de extinção do risco (CASAGRANDE, 2001).

2.2. Definição de microcrédito e microfinanças

Recentemente as referências ao microcrédito na mídia, vêm se intensificando de modo considerável. De forma bastante genérica, esse termo é empregado como um instrumento financeiro, designado a qualquer crédito de valor relativamente pequeno e destinado a empreendedores de baixa renda que vivem, em geral, na economia informal.

Assim sendo, o conceito efetivo de microcrédito possui várias formas de definição, mas a idéia de maior precisão seria aquela que o define como “um crédito de pequeno valor concedido à micro e pequenos empreendimentos (de base individual, familiar, comunitária ou empresarial) para ser utilizado de forma produtiva, na construção, manutenção e desenvolvimento desses empreendimentos” (COUTINHO, 2002, p. 23). Para Alves e Soares (2003, p. 6) o que se define hoje como microcrédito é "a atividade de conceder crédito de

pequena monta e diferencia-se dos demais empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada.”

Para Caldas (1999), o microcrédito possui algumas características peculiares que o diferenciam do crédito tradicional, por não ser operado apenas por instituições financeiras convencionais, mas também por cooperativas, associações, ONG's e instituições especializadas em microcrédito.

Além disso, destaca-se o fato de estar direcionado principalmente a tomadores de baixa renda e ter como objetivo último a melhoria das condições sociais e econômicas desses clientes e de suas famílias e comunidades (ALVES e SOARES, 2003).

Outra característica marcante do microcrédito segundo Barone *et al.* (2002), é adotar metodologias específicas, diferentes das práticas bancárias tradicionais, na análise, liberação, acompanhamento e cobrança dos créditos, bem como formas alternativas de garantia como a fiança solidária³, compatível com o perfil socioeconômico da clientela atendida. Busca ainda, reduzir ao máximo o custo de transação para o cliente por meio de: 1. localização de pontos de atendimento na proximidade espacial da clientela; 2. simplificação e desburocratização dos procedimentos de crédito, 3. grande agilidade na análise e liberação do crédito (CALDAS, 1999).

Analisando o conceito e as características descritas anteriormente, há que se definir a concessão de microcrédito como uma ferramenta do desenvolvimento e do combate à pobreza, na medida em que o acesso ao crédito contribui para a melhoria da qualidade de vida da população menos favorecida.

Já as microfinanças, segundo Parente (2006), constituem-se em um campo novo e em acelerado desenvolvimento, no qual se combinam mecanismos de mercado, apoio estratégico do Estado e iniciativas comunitárias com o objetivo de estruturar serviços financeiros sustentáveis para a clientela de baixa renda, sejam indivíduos, famílias ou empresas formais e informais.

Dessa forma, o conceito de microfinanças incorpora e amplia o conceito de microcrédito, na medida em que envolve o oferecimento de outros produtos financeiros, além do crédito. Nessa perspectiva, Nichter *et al.* (2002), ressalta a importância de esclarecer a distinção entre microcrédito e microfinanças que é outro termo econômico, porém, mais abrangente: o microcrédito circunscreve-se ao ato de emprestar recursos próprios ou de terceiros, enquanto o conceito de microfinanças vai além dessa ação, incluindo outros serviços financeiros como as micropoupanças, os microsseguros (vida e saúde), além de outros, como transferências de valores e investimento financeiro. Apesar dessa definição, é comum utilizar-se no Brasil do termo “entidade de microfinanças” ou “entidades microfinanceiras”, como referência às instituições de microcrédito.

Nesse contexto, da mesma forma que o microcrédito, esses outros produtos criados pelo setor de microfinanças são desenhados de forma a adequar-se às necessidades e demandas das atividades de micro e pequeno porte e de empreendedores de baixa renda (SILVEIRA FILHO, 2005). Assim, não são apenas cópias dos produtos oferecidos pelo sistema financeiro tradicional (bancos comerciais e financeiras), mas, fazem parte de uma filosofia em que o crédito é visto como um direito, pois o acesso a ele leva ao desenvolvimento do indivíduo e de sua unidade produtiva.

Vale ressaltar que essa realidade — microfinanças — está presente e consolidada em boa parte dos países da América Latina em função de uma legislação mais abrangente e

³ A fiança solidária (também denominada de “grupo solidário”) relaciona-se com uma modalidade de crédito de caráter grupal, na qual um grupo de microempreendedores assume coletivamente a responsabilidade pelos créditos concedidos a cada um de seus integrantes.

flexível. No Brasil, além de ser recente, a legislação em vigor só permite uma modalidade de produto das microfinanças: o microcrédito (ZOUAIN e BARONE, 2004).

2.3. História do microcrédito no mundo

Para Yunus (2001) a proposta primordial do microcrédito é a erradicação da pobreza no mundo. Para Mourdoch (1999), a história do microcrédito remonta ao século XIX. A Europa desse século presenciou o surgimento de cooperativas de crédito com o objetivo de ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir crédito.

Segundo Carneiro, Matias e Tumenas (2004) os primeiros fatos que caracterizam o microcrédito datam de 1846 quando, no sul da Alemanha, o pastor Raiffeisen, criou a Associação do Pão, que cedeu farinha de trigo aos camponeses endividados com agiotas para que eles, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem aumentar sua renda. Somente em 1976, Muhammad Yunus idealizou e realizou uma experiência pioneira de microcrédito que ficou conhecida no mundo todo, e que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz, que dividiu com o Grameen Bank, em 2006.

O projeto do Grameen Bank, surgiu em 1976 na cidade de Jobra, em Bangladesh, onde Yunus começou a conceder empréstimos de pequena monta, inicialmente com seus recursos próprios, para famílias carentes de produtores rurais, com foco nas mulheres e utilizando um sistema revolucionário de garantias morais mútuas, formando grupos de cinco pessoas que ficavam moralmente responsáveis umas pelas outras.

Desde sua fundação, o Grameen Bank mantém sua atividade como empresa privada lucrativa, tendo obtido lucros em todos os anos de sua operação, exceto no ano de sua fundação e em 1991 e 1992. Serviu de inspiração para várias experiências e políticas públicas de crédito em países menos desenvolvidos, inclusive no Brasil.

Segundo Parente (2002), a idéia de operar com empréstimos de pequena monta, adotando o princípio da confiança e dispensando a burocracia exigida pelos bancos tradicionais, foi inicialmente muito criticada pelo Banco Mundial, que logo depois reviu sua posição e passou a apoiar a idéia. O Grameen Bank tornou-se um modelo e passou a ser utilizado como referência em dezenas de países, introduzindo em todo o mundo os conceitos de microfinanças e microcrédito.

2.4. História do microcrédito no Brasil

Com base nas informações obtidas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - (2007), tanto no Brasil como em outros países da América Latina, o microcrédito encontra-se em fase embrionária e tem sido liderado por iniciativas de ONGs, em geral de atuação internacional. O modelo de atuação de microcrédito que predomina no Brasil é denominado “modelo empresarial”, no qual o foco são pequenos empreendedores já estabelecidos.

Usualmente associa-se a primeira experiência de microcrédito no Brasil à criação em 1973 do projeto UNO, em Recife, mas que deixou de existir em 1991 por não ter incorporado conceitos e práticas que permitissem sua auto-sustentabilidade. Portanto, a primeira organização formal em microcrédito é datada de 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), na cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul. O Centro Ana Terra, fundado na forma de ONG, contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Inter-American Foundation* (IAF) que aportaram recursos para os financiamentos.

Outras experiências teriam ocorrido na década de 80. Mas, somente após o Plano Real, em 1994, as organizações que atuam com microcrédito passaram a emergir na configuração

atual, devido à redução das taxas de inflação, trazendo ao país uma relativa estabilidade econômica.

Em 1997-98 os bancos federais passaram a atuar com o microcrédito, sendo a experiência do projeto “Crediamigo”, do Banco do Nordeste do Brasil a maior e mais conhecida. Mais de uma dezena de programas de microcrédito foram implantados desde 1987 e, em 2003, a Caixa Econômica Federal iniciou suas operações no microcrédito com o programa “Caixa Aqui” e em 2004 o Banco do Brasil inaugurou o programa “BB Crédito Pronto”.

Até 1999, as ONGs foram as entidades mais atuantes do microcrédito no Brasil. Posteriormente, várias medidas legais foram criadas para regulamentar e incentivar o uso do microcrédito no Brasil. Em 25 de junho de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória n. 122 que criou um programa federal de microcrédito, tendo o Conselho Monetário Nacional (CMN) como seu órgão regulador. A partir de outubro de 2003, o CMN determinou a todos os bancos comerciais, inclusive à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil que, destinassem 2% de seus depósitos à vista para operações de microcrédito.

Por meio do histórico apresentado, pode-se constatar que 1994 foi o grande marco do microcrédito no Brasil. Até aquele ano, as operações de microcrédito eram praticamente inexistentes. Somente a Federação Nacional dos Pequenos Empreendedores (FENAPE) e o Banco da Mulher atuavam nesse segmento antes de 1994. De acordo com Parente (2002), essa demora no surgimento de organizações que atuassem com microcrédito justifica-se por três razões: 1. as altas taxas de inflação, 2. a tradição de crédito governamental dirigido e subsidiado para programas de caráter assistencialista; e 3. a legislação estrita, que condenava como usura toda ação concorrencial com as instituições financeiras convencionais.

Além das iniciativas do setor público, cabe destacar o surgimento, em várias cidades brasileiras, de organizações de pequeno porte que operam com microcrédito. Normalmente, seu raio de atuação é pequeno, abrangendo apenas a cidade onde estão localizadas. A tipologia dessas organizações, segundo Kwitko (2002), é apresentada a seguir no Quadro 1:

Estrutura	Tipologia	Descrição
Sem Fins Lucrativos	ONG – Organização não Governamental	Associação civil sem fins lucrativos, regida por estatuto social, não vinculada de forma obrigatória a nenhuma entidade controladora e, assim, sujeita a restrições quanto às estipulações usurárias, restrições nas taxas de juros (máximo de 12% a.a.).
	OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por estatuto e que não se encontra sujeita à Lei da Usura. Pode estabelecer parcerias para executar parte das políticas sociais que cabe aos poderes públicos, visando o atendimento a população, no que tange as políticas sociais (registradas no Ministério da Justiça).
	Cooperativas de Crédito	Sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de conceder empréstimos e prestar serviços aos seus associados e com funcionamento determinado pelo seu respectivo estatuto social.
Com Fins Lucrativos	SCM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	Associação com fins lucrativos, que pode ser constituída como sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade anônima. Se sujeita à fiscalização do Banco Central.
	Outras	Qualquer instituição financeira que trabalhe com a oferta de crédito junto ao público (Bancos comerciais, financeiras).

Quadro 1 – Estrutura jurídica das operadoras de microcrédito.

FONTE - Adaptado pelos autores de Kwitko (2002).

Pode-se destacar também o surgimento, nos últimos anos, dos chamados “Bancos do Povo”, que são iniciativas de governos estaduais como parte da política pública de geração de trabalho e renda.

2.5. Financiamento em Instituição de Microcrédito

Segundo Casarotto Filho e Baumgartner (2005) o financiamento das micro e pequenas empresas (MPE's) no Brasil apresenta um conjunto de características não compatível com o que é realmente necessário, tendo em vista os empréstimos bancários serem caros, de curtíssimo prazo e de linhas insuficientes. Esta característica concorre para que as MPE's, emergentes ou pouco capitalizadas padecem de uma maior dificuldade quanto à capacidade de desenvolvimento.

Existem vários estudos que mostram a importância da micro e pequena empresa para a geração de emprego e renda, processo de inovação, desenvolvimento de tecnologia, bem como para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas, o que, por vários motivos, não seria possível via implantação de grandes empresas. Yunus (2001) compara o microcrédito como combustível que põe em funcionamento os motores econômicos do último vagão, acionando os motores de cada passageiro que estão naquele lugar pobre e ruim. Esta metáfora explica que o microcrédito aumenta a potência do trem social, fato este que os projetos de desenvolvimento parecem não ter capacidade de fazê-lo.

Segundo diversas pesquisas no Brasil, o crédito é o fator determinante para o desenvolvimento econômico-financeiro das MPE's. Mas o fator agravante é que os juros são altos e a burocracia é grande, o que acaba inviabilizando a esses pequenos empreendedores o acesso ao crédito junto à rede bancária. Vale ressaltar que existem recursos financeiros disponíveis em diversas instituições, mas que, no entanto, o custo é alto para esse segmento, ao mesmo tempo em que se tem uma percepção de risco elevada por parte das instituições financeiras (ALMEIDA e ROSS, 2000).

2.6. Taxa de juros em operações de microcrédito

Com o objetivo de proporcionar acesso ao crédito a milhões de pessoas que hoje se encontram excluídas do sistema financeiro tradicional, as instituições operadoras de microcrédito, de forma geral, praticam taxas de juros mais elevadas em relação à dos bancos tradicionais em suas operações comerciais, como forma de garantir sua sustentabilidade (NICTER *et al.*, 2002).

De acordo com Bezerra Neto (2006), no Brasil, nenhum negócio por mais informal que seja, e, por menos imposto que pague, não consegue viabilizar o desenvolvimento da sua atividade, pois, suas margens de lucro, não comportam as taxas de juros praticadas no microcrédito. O governo viabilizou, por meio dos recursos do compulsório⁴ que as operações de microcrédito limitassem a taxa de juros a 2% ao mês para o tomador final, mas limitando os valores por contrato na ordem de R\$1.000, mostrando-se assim inviável, tendo o governo posteriormente flexibilizado essa posição, permitindo aplicação de taxas, na ponta final, de até 4% ao mês.

Portanto, praticar uma taxa de juros adequada, que garanta essa sustentabilidade, favorece a manutenção da equidade na oferta de capital. Contrariamente, praticar taxas que não permitam a auto-sustentação da instituição operadora, fatalmente levará esta ao

⁴ Resolução 3.310 do Banco Central do Brasil - BACEN de 31 de agosto de 2003.

encerramento prematuro de suas atividades, reduzindo, dessa forma, a oferta de capital àqueles que não têm acesso às instituições financeiras convencionais.

Tabela 1 – Taxa de Juros Praticados no Microcrédito (2004)

Taxa de Juros (% a. mês)	Frequência	Percentual (%)
≤ 3	01	8,33
3,01 a 4,0	05	41,67
4,01 a 5,0	05	41,67
≥ 5,01	01	8,33
Total	12	100

FONTE – Adaptado de Carneiro, Matias e Tumenas (2004).

Segundo Camargo, Matias e Carneiro (2004) as taxas de juros cobradas em operações de microcrédito giram em torno de 3% a 5% ao mês, pois, 90,91% das organizações cobram taxas dentro desse intervalo. A taxa média encontrada, de 4% ao mês, está abaixo das opções que, normalmente, o microempreendedor encontra no mercado (principalmente o informal), como crédito pessoal e agiotas.

3. METODOLOGIA

Conforme descrito anteriormente, o tema microcrédito ainda é pouco explorado no contexto brasileiro, não existindo ainda, trabalhos empíricos sobre a percepção do tomador de crédito em relação ao processo e a sua eficiência quanto à aplicabilidade dos recursos.

Esta pesquisa é do tipo descritiva, a qual segundo Cervo e Bervian (1996) deve ser utilizada quando se procura descobrir, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, que no seu contexto específico foi o de analisar a percepção dos tomadores de microcrédito em relação ao processo de concessão de crédito.

As unidades de análise foram os clientes tomadores de recursos de três dentre as doze entidades de microcrédito do estado de Minas Gerais existentes atualmente. A escolha das entidades foi por acessibilidade às informações. Inicialmente, foram relacionados os clientes ativos das entidades que dispunham de todos os dados cadastrais (município, agente, bem como o nome, CPF, endereço completo e telefone).

Os dados foram obtidos com a realização de entrevistas de campo junto aos beneficiários do microcrédito, permitindo incorporar à investigação algumas particularidades de natureza qualitativa. Segundo Minayo (1998) a pesquisa qualitativa, quando aplicada nas ciências sociais, cuida de questões particulares, tratando de significados, de motivações, de aspirações, de crenças, de valores e de atitude e buscando a profundidade das relações, dos processos e dos fenômenos, o que fundamenta a realização das entrevistas. Esta pesquisa buscou verificar a ocorrência da frequência de um fenômeno ou variável, como método de coleta de dados, característica específica de dados qualitativos. Sendo assim, as unidades de observação foram as respostas coletadas pelos agentes na pesquisa de campo.

3.3. Dados e Amostra

O universo investigado foi composto por clientes das IMF's pesquisadas, beneficiários do microcrédito, atendidos nos treze Postos de Atendimento de Microcrédito (PAM's) instalados em diversos municípios do estado. Na pesquisa foram considerados clientes, proprietários de pequenos empreendimentos que, no período investigado, realizaram operações de microcrédito para o desenvolvimento de atividades produtivas de comércio, de fabricação ou prestação de serviços. O horizonte temporal da investigação teve como limites um recorte que inclui clientes atendidos no período de dois anos, iniciando em julho de 2006 e encerrado em junho de 2008.

Na base do funcionamento de uma organização de microcrédito existe uma dinâmica que resulta em contínuo movimento de entrada e de saída de beneficiários ao longo do tempo. Os clientes considerados novos são os empreendedores incorporados na carteira de crédito após receberem o microcrédito pela primeira vez, durante a vigência do contrato, são considerados como clientes ativos, até a liquidação da operação, onde são denominados de inativos (CORSINI, 2007). Da mesma forma, são denominados clientes renovados os empreendimentos que receberam o primeiro crédito, aplicam os recursos de forma adequada, liquidaram a operação e retornaram para tomar novos créditos, enquadrado como clientes ativos novamente.

Nesse sentido, a carteira de clientes com operações de crédito ativos, em determinada data, é composta por clientes novos (primeiro crédito) e clientes renovados (créditos renovados). A relação de pessoas entrevistadas em seus empreendimentos, localizados nas cidades atendidas pelas IMF's, foi constituída por uma amostra representativa de clientes definidos por parâmetros não-probabilísticos. As amostragens não-probabilísticas podem ser por julgamento ou conveniência do pesquisador e que estão ao seu alcance. Nesta pesquisa foram selecionadas três entidades com maior carteira ativa no estado, totalizando 9.683 clientes ativos e maior abrangência, assim, adotou-se uma abordagem não-probabilística por conveniência e por julgamento, tendo em vista o acesso a informação (ACEVEDO e NOHARA, 2006).

Foram levantados dados primários por meio da aplicação de um questionário, baseado na necessidade de colher informações e opiniões diretamente dos beneficiários ativos, selecionados por critérios de acessibilidade, numa lista elaborada de forma aleatória. O primeiro passo da execução da pesquisa de campo foi o contato telefônico com os clientes selecionados, para explicar os objetivos da pesquisa e consultá-lo sobre a disposição em responder às perguntas do agente/aplicador em visita agendada. Nesse questionário se procurou relacionar o problema e o objetivo da pesquisa para investigar, sobretudo, os complexos aspectos sobre a percepção dos empreendedores em relação ao processo de financiamento e a eficiência na aplicação dos recursos obtidos. Antes da realização do trabalho de campo, foi realizado seu pré-teste, mediante sua aplicação junto a cinco clientes, para correção e adequação da versão final que foi utilizada.

Foram aplicados 1.000 questionários a micro-empreendedores de todos os municípios atendidos, tendo em vista o tamanho da carteira ativa de cada IMFs, atingindo-se uma amostra média de 10% do total dos clientes de cada PAM. Desses questionários, 26 foram excluídos da análise por falta ou inconsistência de informação (questionários incompletos).

O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira composta por 12 perguntas sobre as características do empreendedor (1 a 5) e sobre o empreendimento (6 a 12). A segunda parte do questionário foi composta por 13 perguntas, abordando as informações sobre o crédito (13 a 25). Os dados coletados no trabalho de campo agrupado em função das pessoas entrevistadas, compondo o conteúdo de análise por categorias e tornando-se material básico utilizado na redação do trabalho final.

Uma vez recebidos os questionários, estes tiveram os dados transferidos para o MS-Excel para serem tabulados e, posteriormente, analisados por meio de estatística descritiva.

4. RESULTADOS

4.1. Características do Empreendedor e do Empreendimento

De acordo com os dados levantados, 57,8% dos empreendedores pesquisados são do sexo feminino. É possível admitir que as mulheres normalmente empreendam em casa, ou seja, na informalidade, permitindo que fiquem perto dos filhos, podendo assim, acompanhar o seu processo de educação e crescimento, além de contribuir para a renda da família.

A distribuição dos clientes por faixa etária está concentrada em duas delas. A primeira, de 30 a 45 anos, e a segunda, de 45 a 60 anos que, somadas totalizam 71,9% da amostra de clientes que ingressaram nas instituições. Segundo Corsini (2007) a elevada média de idade dos clientes do microcrédito pode ter relação com as transformações ocorridas na economia brasileira nos últimos anos, resultando em uma reestruturação produtiva, mudanças tecnológicas e organizacionais capazes de causar precariedade nas relações de trabalho e uma crescente dificuldade de recolocação das pessoas desempregadas. O estudo realizado deteve-se, também no tempo de experiência do empreendedor no negócio, no qual foram obtidas as informações que constam na tabela 2.

Tabela 2 – Tempo de experiência no negócio

Período (anos)	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
≤ 01 ano	19,8	19,8
02 anos	20,8	40,6
03 anos	10,7	51,3
04 anos	10,1	61,4
05 anos	12,7	74,1
≥ 05 anos	25,9	100
Total	100	

FONTE - Elaborado pelos autores.

Os empreendedores financiados pelo microcrédito apresentam, em geral, pouca experiência na gestão dos negócios, ou seja, um percentual na ordem de 74,1% da amostra pesquisa, possuem menos de 5 anos de experiência na empresa. Conforme destaca Guimarães (2002) com o passar do tempo, o empreendedor adquire experiência no ramo de atividade, fato que justificaria maior probabilidade de sobrevivência da empresa e, portanto, de cumprimento de suas obrigações creditícias. Contudo, o fato dos empreendedores não possuírem experiência no negócio pode prejudicar na concessão do crédito, inviabilizando o desenvolvimento e o crescimento da atividade.

Os dados analisados referente à renda familiar dos clientes ativos, ano base 2008, apresentam que 55,7% dos empreendedores possuem renda familiar abaixo de R\$1.000, ao passo que 23,5% da amostra têm renda até R\$1.500. Ou seja, a grande maioria das famílias vive com uma renda de até três salários mínimos, comprovando que os tomadores de microcrédito é a população de baixa renda, confirmando o importante papel social desempenhado por essa modalidade de crédito, ao ser voltado para um segmento da sociedade que não tem acesso aos produtos ou financiamentos do mercado financeiro.

Outra característica marcante observada nos dados é o tempo de existência dos empreendimentos beneficiados pelo microcrédito. Na amostra pesquisada 80,4% existem a menos de 4 anos, mostrando que são negócios em seu estágio inicial, que devido a isso, demandam acesso a fontes de financiamento com custos adequados para promover a sua sobrevivência e o seu crescimento. Apenas 19,6% dos empreendimentos existem há mais 5 anos, os quais já apresentam certa maturidade, mas que mesmo assim, são dependentes de recursos para investimento e crescimento. Apresentam como vantagem em relação aos empreendimentos mais novos, um risco menor de insolvência.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos empreendimentos financiados nos três setores tradicionais da atividade econômica, indústria, comércio e serviço, com a inclusão do artesanato e da agricultura familiar.

Tabela 3 – Setor de atividade do empreendimento

Setor	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
Indústria	9,4	9,4
Comércio	37,2	46,6
Serviço	34,2	80,8
Artesanato	9,9	90,7
Agricultura Familiar	9,4	100,0
Total	100	

FONTE - Elaborada pelos autores da pesquisa.

Nessa distribuição dos clientes por setor da atividade econômica destaca-se posição majoritária do comércio e dos serviços, com 71,4% da amostra pesquisada e uma representação pouco expressiva dos setores de produção, artesanato e agricultura familiar. A baixa distribuição no setor da indústria reflete, a princípio, as dificuldades para o desenvolvimento das atividades de produção na economia informal urbana pelas pessoas mais pobres, devido à limitação de recursos para investimento nos negócios, além das dificuldades e complexidades, características do processo produtivo inerente a tal atividade. Sobressai-se, então, a opção que exige menor montante de recursos para investimentos, em espaço ou instrumentos de trabalho menores, que apresentam maior facilidade de gestão, como é o caso do comércio e dos serviços, nos quais existem facilidades de adaptação de acordo com o desenvolvimento da iniciativa (CORSINI, 2007). A distribuição, por setor de atividade, especificamente dos empreendimentos voltados para o artesanato e para agricultura familiar, comprovam que o microcrédito não tem avançado na região rural, onde essas atividades são predominantes.

Os empreendimentos financiados pelo microcrédito estão, em sua grande maioria, enquadrados na informalidade, totalizando 74,3% da amostra pesquisada, o que pode ser justificado pelo pouco tempo de atividade dos empreendimentos. Normalmente os negócios precisam de um tempo de maturidade antes de passar para formalidade, situação na qual seus custos são mais altos. Segundo Ribeiro (2005), no que se refere ao caráter da informalidade dos empreendimentos atendidos, 70% das operações foram direcionadas a empreendimentos informais, dados próximos aos obtidos nesta pesquisa. Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os trabalhadores informais representavam 49% da população economicamente ativa (PEA) em 2000 (IBGE, 2007). Dessa forma, em se tratando da informalidade, a economia informal urbana apresentava mais de 10 milhões de pequenos empreendimentos em 2003 (IBGE, 2005). Enfim, frente ao crescimento da economia informal, assiste-se o engajamento das políticas públicas, traduzido no reconhecimento e na busca de ações por parte do estado no enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Além disso, quando os negócios representam a única fonte de renda da família, o enquadramento da estrutura é considerado de sobrevivência, ou seja, o empreendedor e sua família dependem da atividade para seu sustento. Corsini (2007) afirma que esses empreendimentos têm acentuada dificuldade em gerar recursos para investir no negócio e aumentar a capacidade de produzir resultados. A segunda classificação é uma situação intermediária que apresenta uma baixa capacidade de produzir resultados para reinvestir no empreendimento, normalmente os empreendedores acumulam renda de outro emprego ou aposentadoria, denominada aqui de acumulada simples. A terceira classificação engloba os empreendimentos com maior viabilidade devido às potencialidades do negócio, alto nível de organização e controles, com maiores possibilidades de crescimento, normalmente o empreendedor não depende da atividade para sua sobrevivência.

Tabela 4 – Estruturação dos empreendimentos

Estrutura	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
Principal (Sobrevivência)	71,9	71,9
Acumulação simples*	21,4	93,3
Acumulação ampliada**	4,1	97,4
Sem especificação	2,6	100
Total	100	

FONTE - Elaborada pelos autores.

No levantamento do perfil socioeconômico, os clientes foram classificados com base na capacidade de investimento e no grau de organização observada nos empreendimentos. Com os dados da Tabela 4, vê-se que a primeira classificação, denominada de empreendimento de sobrevivência ocupada por 71,9% do universo pesquisado, é aquela na qual se observa uma acentuada dificuldade em gerar recursos para investir no negócio e aumentar a capacidade produzir resultados. A segunda classificação, com 21,4% da amostra pesquisada, é uma situação intermediária que apresenta uma baixa capacidade de produzir resultados para reinvestir no empreendimento, denominada empreendimento de acumulação simples. A terceira classificação engloba os empreendimentos com maior viabilidade devido às potencialidades do negócio, tendo um nível de organização e controles com maiores possibilidades de crescimento, representando 4,1% da amostra pesquisada.

Os empreendimentos normalmente empregam outras pessoas além dos empreendedores proprietários, 67,6% dos entrevistados apresentaram respostas positivas para a contratação de mais alguém no negócio, confirmando a expectativa de contribuição do microcrédito para geração de emprego. É interessante destacar a contribuição do microcrédito no envolvimento de familiares nas atividades do empreendimento, confirmada por 60,6% dos empregos gerados. Essa constatação fortalece a tese da natureza familiar dos empreendimentos da economia informal que, apoiados pelo microcrédito, fomentam o envolvimento de familiares nas atividades empreendedoras.

4.2. Percepção sobre o Crédito

As operações do microcrédito são caracterizadas por empréstimos de curto prazo, geralmente aplicados no capital de giro dos empreendimentos. Em relação à destinação de recursos, 74,3% das operações de crédito são destinadas ao setor informal, enquanto o restante das operações é direcionado ao setor formal da economia. Em relação à finalidade do crédito, 52,7% das operações são designadas ao crédito para investimento, caracterizado pela utilização na aquisição de equipamentos, máquinas, veículos, bem como a reforma e ampliação do local de trabalho, melhorando a capacidade produtiva do empreendimento. O crédito para capital de giro tem como finalidade o financiamento de necessidades de curto prazo das atividades dos empreendimentos, geralmente utilizado para aquisição de mercadorias, matérias-primas, insumos, representando, 24,7% das operações de crédito, enquanto que 21,5% e 1,1% das operações são destinadas, respectivamente, a financiamento misto, investimento associado à capital de giro e a outras operações, como troca de cheques.

Embora os clientes tenham apresentado que não encontrou dificuldades ao procurar uma IMF para tomar um empréstimo, 65,2%, o que configura o microcrédito como uma linha de acesso facilitado. Por outro lado, 34,8% dos clientes declararam que encontraram dificuldades na obtenção do microcrédito, apontando a exigência de avalista como obstáculos para a obtenção do crédito, 26,4% das respostas, isso evidencia a fragilidade da concessão do crédito individual, como possibilidade de atendimento mais amplo aos clientes.

A taxa de juros também foi apresentada como fator restritivo para a contratação, 24,7%, ou seja, na percepção dos tomadores o microcrédito é uma linha de financiamento caro, reduzindo os ganhos do empreendimento. Dessa forma, comparando-se a taxa de juros

praticada no microcrédito com as das operações destinadas a crédito pessoal e as contas garantidas, constata-se relativa similaridade entre elas, o que demonstra patamares acima do que é supostamente aceitável para as operações do microcrédito (BEZERRA NETO, 2006). Enfim, os demais respondentes ressaltaram a falta de informação e a burocracia como obstáculos para a obtenção do crédito, 9,8% e 14,7%, respectivamente.

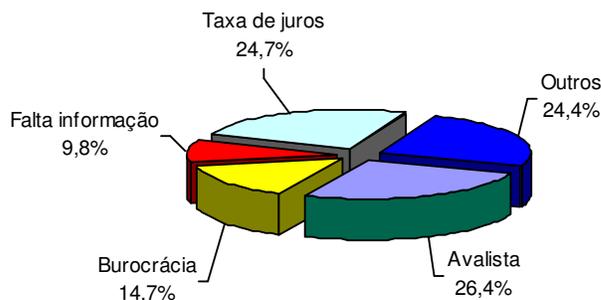


Gráfico 1 – Dificuldades encontradas ao tomar um empréstimo
FONTE - Elaborada pelos autores

Em relação ao procedimento para aprovação e liberação do crédito, 42,8% dos tomadores consideram os tramites como simples, porém moroso, congregando 18,9% das respostas. Isso mostra que as operadoras de microcrédito demoram muito tempo para finalizar o processo de concessão. Pode-se inferir que isso tem uma relação direta com as respostas dos clientes, 36,9% responderam que o empréstimo foi liberado entre 08 e 10 dias. Por outro lado, foi constatado que mais da metade dos clientes, 52,0% afirmam que o prazo entre a solicitação e a liberação é inferior à 07 dias. Segundo a percepção dos tomadores 28,9% da amostra considera o processo rigoroso e burocrático. Sendo assim, existe uma necessidade de adequação dos procedimentos, na tentativa de reduzir o prazo entre a solicitação e a liberação.

O impacto e os benefícios do microcrédito para o empreendedor e sua família, decorrentes do acesso ao crédito para o negócio, são confirmados pela grande maioria das respostas, representando 98,7% da amostra. Na percepção do empreendedor em primeiro lugar, foi observada a melhora na alimentação, ou seja, atendimento a uma necessidade básica da família com 34,1%, seguindo de 25,8% das respostas, onde o microcrédito contribuiu para a compra de bens de consumo em geral e 20,1% contribuíram para aquisição de veículo e casa própria. Com 18,7% os empreendedores entrevistados confirmam que o microcrédito influencia na educação dos filhos, contribuindo para o acesso desses à escola. Tudo isso reforça outra idéia deste trabalho de que os resultados obtidos no empreendimento contribuem diretamente na melhoria das condições de vida da família do cliente do microcrédito, em função da sua relevância na renda familiar.

Percebe-se, assim, que o microcrédito contribuiu para o fortalecimento e expansão dos empreendimentos. A influência do microcrédito, na melhoria das condições dos empreendimentos, decorrente da aplicação do crédito nos seus investimentos obteve repercussão expressiva na visão dos demandantes. As respostas apontam que o crédito foi decisivo na expansão dos empreendimentos com 97,8%. Dessa forma, verificam-se influências positivas do crédito para o sucesso dos empreendimentos financiados. Essa constatação guarda coerência com o impacto no desenvolvimento e expansão dos negócios, proporcionada pela aplicação dos recursos na forma prevista, com 93,1% e a utilização do crédito e melhoria do trabalho realizado no negócio.

Os resultados acima mantêm coerência com o estudo realizado por Pereira (2005, p.66), em pesquisa com clientes do microcrédito, na qual demonstrou a contribuição do

microcrédito no fortalecimento das iniciativas financiadas, mediante os ganhos no ativo circulante dos empreendimentos, repercutindo nos estoques dos negócios financiados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Esta pesquisa abordou o tema microcrédito, visando identificar e analisar a percepção dos empreendedores sobre o microcrédito, no intuito de verificar sua contribuição e impacto na condição de vida do empreendedor, processo de obtenção de crédito, além de apresentar as características dos empreendedores e dos empreendimentos atendidos.

Por se tratar de um tema de grande relevância econômico-social, a pouca produção de conhecimento a respeito não permite arriscar conclusões sobre melhores caminhos sobre os processos de aprovação e liberação de crédito. Porém, cabe salientar que, de um modo geral, alguns apontamentos sobre como as IMF's operam e qual a percepção dos tomadores de crédito em relação ao processo de liberação e aprovação dos recursos.

O microcrédito, na sua abordagem mais difundida, destina-se a empreendimentos que gerem emprego e renda para as famílias beneficiadas. A discussão gira basicamente em torno de dois pontos: como garantir que o crédito chegue àqueles sem acesso às formas convencionais de crédito (sistema bancário tradicional) e, por outro lado, como garantir a sustentação econômica do microcrédito, de maneira a financiar cada vez mais empreendimentos que se enquadrem no perfil do segmento.

Este trabalho confirmou a hipótese que o microcrédito contribui para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos e para a melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e de suas famílias, na percepção dos demandantes. Ao longo da pesquisa, foram identificados alguns aspectos considerados positivos no que tange ao microcrédito que as entidades pesquisadas colocam à disposição dos microempreendimentos para desenvolver os seus negócios. Foram constatadas influências positivas do microcrédito nas transações comerciais dos empreendimentos financiados, permitindo aumentar a clientela e as atividades do negócio. Nesse sentido, essas constatações são relevantes, pois confirmam a aplicação dos recursos nas atividades financiadas, evidenciando o fortalecimento do empreendimento na visão dos clientes.

É importante salientar que o impacto social obtido pelo microcrédito e apontado pela pesquisa, possibilitou uma melhor compreensão dos benefícios proporcionados pelo crédito no desenvolvimento e fortalecimento da capacidade produtiva dos microempreendimentos financiados, ao mesmo tempo em que mostrou indicadores de melhoria nas condições de vida e progressos das famílias.

Por fim, a que se ressaltar a importante contribuição das micro-empresas e dos empreendimentos da economia informal no crescimento e desenvolvimento do país, a de servirem como ferramenta para redução do desemprego, considerados como uma alternativa viável de ocupação para uma parcela considerável da população.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografias no curso de administração**: guia completo de conteúdo e forma. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 194 p
- ALMEIDA, M. R.; ROSS, E. S. A visão dos bancos em relação aos micro e pequenos empresários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis (SC). *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2000
- ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. **Democratização do crédito no Brasil atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003. 46 p.

AMARAL, C. **Microfinanças e produção sustentável nos ambientes costeiro e marinho no Brasil: Possibilidades e Desafios**. 2005.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. (2007) **A importância do microcrédito na geração de emprego e renda**. Disponível em: <<http://www.microcredito.wordpress.com/2007/08/02/a-importancia-do-microcredito-na-geracao-de-emprego-e-renda/>>. Acesso em: 7 mar. 2008.

BARONE, F. M. *et al.* **Introdução ao microcrédito**. Conselho de Comunidade Solidária, Brasília: 2002. 168 p.

BEZERRA NETO, J. J. **As taxas de juros praticadas nas operações de microcrédito: um dos elementos da inadimplência e inviabilidade do segmento das microfinanças**. 2006. 114 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Medida Provisória n. 122** de 25 de junho de 2003. Dispõe sobre direcionamento de depósitos à vista. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/193420.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

CALDAS, E. L. Experiências de microcrédito. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23. 1999. Foz do Iguaçu (PR). **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD. 1999.

CAMARGO, S. H. C. R. V.; MATTIAS, A. B.; CARNEIRO, M. Microcrédito: opção de investimentos em responsabilidade social para multinacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2004, Atibaia (SP). **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

CARNEIRO, M.; MATIAS, A. B.; TUMENAS, F. **Modelo de previsão de clientes insolventes no microcrédito: um estudo de caso com a Crescer - Crédito Solidário**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SOCIEDADE LATINO-AMERICANA DE ESTRATÉGIA, 17., 2004, Camburiú (SC). **Anais...** Buenos Aires: SLADE.

CASAGRANDE, Z. J. **Proposta de sociedade local de garantia solidária para micro e pequenas empresas**. 2001. 62p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CASAROTTO FILHO, N.; BAUMGARTNER, R. **Propostas para implementação de um sistema de garantia de crédito mutualista como alternativa de acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas no Brasil**. In: X Foro Iberoamericano de Sistemas de Garantia e Financiamento para la micro e pyme, 2005, Valladolid - Espanha. Disponível em: <http://www.segib.org.es>. Acesso em 22 de abril de 2009.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 209 p.

CORSINI, J. N. M. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do centro de apoio aos pequenos empreendimentos da Bahia – Ceape-Bahia**. Salvador, 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Salvador, Salvador.

COUTINHO, F. A. Microcrédito e aval solidário: a experiência do Grameen Bank. **Estudos Empresariais**, n. 3. p. 23-30, dez. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GUIMARÃES, J.B. **Financiamento de micros e pequenas empresas em uma instituição pública de crédito**. 2002. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Economia informal urbana 2003**. Coordenação de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos históricos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm>. Acesso em: 26 ago. 2008.
- KWITKO, E. E. B. **Guia básico para constituição e legalização de organização microfinanceira**: programa de desenvolvimento institucional. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, 123 p.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- LEONI, G.; LEONI, E. G. **Cadastro, crédito e cobrança**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- MOURDOCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, Dec. 1999.
- NICHTER, S., *et al.* **Understanding microfinance in the Brazilian context**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- PARENTE, S. **Microfinanças**: saiba como implantar e gerenciar uma organização de microcrédito. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2006.
- PARENTE, S. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, 192 p – Coleção prazer em conhecer, v. 1.
- PEREIRA, G. D. O. **Efeitos do microcrédito sobre o fortalecimento dos microempreendimentos e sobre as condições de vida dos microempreendedores**: um estudo do Ceape/Pb, no período de 2001 a 2004. 2005. 71 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnmpo/default.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- RIBEIRO, R. G. C. **Microfinanças no Brasil**: comparativo entre as instituições de microfinanças e o setor bancário. 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- SILVA, J. P. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1998.
- SILVEIRA FILHO, J. A. **Microcrédito na região metropolitana do Recife**: experiência empreendedora do CEAPE. 2005. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – CCSA, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. .
- SODERO FILHO, F. P. **Garantias de operações de crédito**. São Paulo: IBCB, 1990.
- ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. **Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social**: o microcrédito na era FHC. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CLAD). Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), 2004. Madri
- YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001. 343 p.